

O Tesouro Nacional comunica que a partir de junho/2017 o Relatório Mensal da Dívida Pública Federal – RMD utilizará informações e estatísticas extraídas do Sistema Integrado da Dívida – SID.

1. As informações do RMD ganharam um refinamento ainda maior na sua qualidade, na medida em que passaram a considerar o conjunto completo e detalhado de informações necessários para o cômputo do estoque da Dívida Pública Federal - DPF. Apesar do impacto ser marginal quando comparado com o estoque da DPF¹, cumpre-se uma etapa importante no avanço institucional associado à gestão da dívida federal.

2. Esse é um marco histórico na administração da DPF brasileira e faz parte do processo iniciado em setembro de 2005 com o desenvolvimento da Fase I do projeto SID. Na época, os *inputs* e os *outputs* referentes ao gerenciamento e à geração de informações da Dívida Pública ocorriam em várias plataformas:

- **DPI** – Sistema da Dívida Pública Interna onde eram registrados os títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMFi, com exceção dos Títulos da Dívida Agrária – TDA, e que calculava os valores de estoque físico e financeiro, de pagamentos e a maturação. O DPI não calculava o estoque pela taxa interna de retorno - TIR e não apurava outras estatísticas divulgadas no RMD e no Relatório Anual da Dívida - RAD.
- **DÍVIDA** – Sistema da Dívida Pública Externa onde era registrada a Dívida Pública Federal Externa – DPFe e que calculava os valores de estoque financeiro, de pagamentos e a maturação. Também não apurava outras estatísticas divulgadas no RMD e no RAD.
- **ELABORA** – Sistema de Elaboração do Orçamento que projetava o estoque e a maturação somente dos títulos da DPMFi.
- Diversas planilhas de Excel calculavam as lacunas dos sistemas, tais como, estatísticas de custo médio, custo médio de emissão, prazo médio, ATM e estoque do TDA.

3. O SID é um sistema robusto, projetado e desenvolvido pelo Tesouro Nacional com as finalidades de registrar, gerir e processar informações e estatísticas referentes à DPF. O seu processo de implantação tem sido realizado em etapas, de acordo com cronogramas pré-estabelecidos². Em agosto de 2011 foi implantado o módulo da Dívida Pública Contratual Federal Externa. Em agosto de 2012 foi a vez do módulo da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa - DPMFe. Em janeiro de 2016 foi colocado em produção o módulo da DPMFi. Hoje está em processo de desenvolvimento a integração com o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI – e o módulo de controle das garantias concedidas pela União³.

4. A implantação em etapas e o tempo despendido em cada uma delas deveu-se à diversidade dos títulos, que possuem características muito próprias, o que exigiu grande esforço na parametrização do sistema. Outro desafio foi a dificuldade de padronizar as regras para todos os títulos e contratos de forma que o sistema tivesse homogeneidade e fosse amigável ao usuário, sem deixar de ser customizado às diversas demandas, aliada à necessidade de integração com vários sistemas como SIAFI, SELIC, [B]³ (fusão da CETIP e BM&FBovespa). Essas dificuldades técnicas foram vencidas ao longo do processo e transformaram-se no grande diferencial do SID em relação aos sistemas de gerenciamento de dívida pública de outros países ou produtos comerciais que não conseguiriam atender o caso particular da dívida pública brasileira.

5. Até o RMD de maio de 2017, os preços unitários para composição do estoque pela TIR dos títulos da DPMFI custodiados no SELIC eram mensalmente informados pelo BACEN ao Tesouro Nacional, que deles se utilizava para calcular as estatísticas derivadas. Com as evoluções do sistema foi possível transferir para o Tesouro Nacional a produção dessas informações primárias utilizando suas próprias fontes. Também é essencial a comparação das informações com o SELIC para garantir a confiabilidade e transparência dos relatórios elaborados pela Subsecretaria da Dívida Pública - SUDIP. Para que isso fosse possível, foi alavancado o processo de unificação dos critérios de cálculo adotados pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central na apuração do estoque pela TIR.

6. Apesar da semelhança das metodologias de cálculo, há algumas diferenças básicas: (i) método de apuração do preço unitário médio dos títulos, pois o Tesouro Nacional segrega e calcula esse parâmetro em carteiras específicas (Mercado, BACEN e Tesouro Direto) e o BACEN não faz uso da segregação em sua metodologia; (ii) o Tesouro apura o estoque no último dia do mês e o BACEN no primeiro dia do mês subsequente, de maneira que, no cálculo do Valor Nominal Atualizado – VNA, o Tesouro interpole o índice ao longo da sua vigência mensal enquanto que o BACEN considera o índice constante ao longo do mês; (iii) em relação aos títulos com cupons, o Tesouro não considerava os cupons desmembrados, ao contrário do BACEN; (iv) nos títulos não competitivos havia diferenças quanto à definição da taxa média de emissão e ao padrão de contagem de dias para o cálculo do valor presente. A tabela a seguir apresenta resumidamente um comparativo.

Referência	Bacen	STN
Todos os títulos	Preço médio: calculado considerando as carteiras BACEN, Mercado e Tesouro Direto, conjuntamente. Em particular, os preços da carteira Tesouro Direto eram arbitrados segundo critério próprio do BACEN. Data de referência: dia 1º de cada mês.	Preço médio: calculado de forma independente para as carteiras Mercado Interna, BACEN e Tesouro Direto. O preço médio é calculado segundo a média ponderada dos preços de emissão pelas quantidades emitidas. Data de referência: último dia de cada mês.
NTN-B*	Cupons desmembrados: calculados para NTN-B e NTN-F (exceto NTN-C).	Cupons desmembrados: não há cálculo de cupons desmembrados.
NTN-C NTN-F	VNA: constante ("cheio") para NTN-B e NTN-C, durante a vigência mensal do IPCA e do IGPM, segundo calendário de divulgação oficial.	VNA: calculado diariamente, segundo critério de interpolação exponencial.
NTN-I	Taxa variável para o cálculo do valor presente e exponencial no padrão 30/360 (metodologia adotada segundo Comunicado BACEN nº 7.818 de 31/08/2000).	Taxa fixa para cálculo do valor presente (12%a.a, capitalização composta) e exponencial no padrão (dias úteis/252).
NTN-P	Taxa variável para cálculo do valor presente.	Taxa fixa para cálculo do valor presente (6% a.a.).

*Em maio/2017, o maior impacto financeiro decorrente da diferença de metodologia no cálculo do VNA foi no estoque da NTN-B (R\$8,09 bilhões a mais no montante da STN).

7. A precisão das informações foi aprimorada com o alinhamento das metodologias de cálculo das duas instituições. As informações e estatísticas, que até então eram calculadas extra-sistema, como prazo médio, *Average Term to Maturity – ATM*, percentuais vincendos, custos médios de estoque e emissão, fatores de variação, dentre outras, serão divulgadas pela STN, a partir do RMD de junho de 2017, com base nas informações do SID. A estatística de Custo Médio é uma ferramenta de gestão muito relevante divulgada pelo RMD e justifica, em parte, a construção de um sistema próprio para o caso brasileiro.

8. Os módulos de análise da dívida, projeções e elaboração de orçamento possibilitam a combinação de dados de forma a simular cenários futuros mais próximos da realidade, customizados pelo próprio usuário. A tempestividade e o acesso dessas informações dentro do próprio Tesouro Nacional são ferramentas essenciais às diversas decisões tomadas pela autoridade fiscal, em defesa do equilíbrio fiscal intertemporal e da sustentabilidade da dívida pública.

9. A divulgação do RMD⁴ de junho de 2017 foi o momento escolhido para apresentar uma retrospectiva do caminho percorrido e servir de referência das ações voltadas ao aprimoramento da gestão da dívida pública. Todas as ações buscaram contribuir com a missão da SUDIP de administrar a dívida pública de forma eficiente, transparente e sustentável, além de confirmar o papel do Tesouro Nacional de gerador primário de informações e estatísticas da DPF.

[1] Houve um acréscimo de cerca de 0,2% do estoque dado pelo ajuste metodológico.

[2] Atualmente, o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO é o parceiro responsável pelo desenvolvimento do projeto.

[3] O SID foi construído com interface Web, banco de dados relacional e possui funcionalidades capazes de simplificar a extração de dados, por isso o prazo entre o momento da realização das operações financeiras de compra, venda e resgate de títulos e o momento da geração da informação exata e pormenorizada foi sensivelmente reduzido.

[4] As informações, estatísticas e desenho do SID estão a cargo da CODIV – Coordenação Geral de Controle e Estatística da Dívida Pública- conhecida como o Back Office da administração da dívida no Tesouro Nacional.

Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública – CODIV



Equipe:

Nucilene Lima de Freitas França
Marcos Demian Pereira Magalhães
Cláudio Araujo de Freitas Gago
Flávia Fontoura Valle May
Gustavo Matte Russomanno
Múcio Reis de Oliveira
Rosa Isabel Cavalcanti
Ruth Lacerda Benfica

Informe Dívida é uma publicação da Secretaria do Tesouro Nacional. É permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que mencionada a fonte.